



3521436



00135.206603/2023-92



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
**ATA 312ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA MARÇO**  
**DATA:15 E 16 DE MARÇO DE 2023**

Nos dias quinze e dezesseis do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Ana Paula Crossara, Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, 8º e 10º andares, Asa Sul, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **No dia 15/03/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Daniela Ferreira dos Reis (MJSP); Danyel Iório de Lima (MDS); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); João Victor da Motta Batista (MTE); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMRR); Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Romero José da Silva (GAJOP); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Sonia Ioyama Venancio (MS); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO); Tereza Santos Faria (ME). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Caique Gomes de Oliveira (SP); Danilo Oliveira Venite (RO); Eduarda Nayara Lemes de Andrade (SP); Elizabeth Paola S. Callisaya (SP); Fernanda Gabriela Batista Veloso (MG); Gustavo da Silva Campêlo (PB); Jeferson do Nascimento de Souza (RJ); Karina Dias Azeredo (SP); Rayssa Dias Lima (MA); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); William Eleutério Azevedo dos Santos (SE); Yasmin Santos Oliveira (SE). Convidados: Nadine Borges (Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Niterói); Renato Roseno (Deputado Estadual do Ceará). **No dia 16/02/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Daniela Ferreira dos Reis (MJSP); Danyel Iório de Lima (MDS); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Diego Bezerra Alves; Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); João Victor da Motta Batista (MTE); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMRR); Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (Fundação ABRINQ); Romero José da Silva (GAJOP); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Sonia Ioyama Venancio (MS); Tereza Santos Faris (MEC). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Caique Gomes de Oliveira (SP); Danilo Oliveira Venite (RO); Eduarda Nayara Lemes de Andrade (SP); Elizabeth Paola S. Callisaya (SP); Fernanda Gabriela Batista Veloso (MG); Gustavo da Silva Campêlo (PB); Karina Dias Azeredo (SP); Rayssa Dias Lima (MA); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); William Eleutério Azevedo dos Santos (SE); Yasmin Santos Oliveira (SE). Convidado: Benedito Rodrigues dos Santos.

**15/03/2023 – Abertura da 312ª Assembleia do Conanda:** O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, realizou a chamada dos conselheiros e conselheiras presentes. Havendo *quórum*, apresentou e contextualizou a seguinte pauta prevista para os dois dias de reunião: Dia 15/03/2023: 1. Abertura da 312ª Assembleia do Conanda. 2. Aprovação da Ata da 311ª Assembleia Ordinária. 3. Informes da Secretaria Executiva do Conanda. 4. Apresentação da proposta para o 18 de maio Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (Coordenadora-Geral Giuliana Cores); 5. Apresentação da proposta para o 12 de junho Combate ao Trabalho Infantil (Coordenadora-Geral Maria de Fátima Alberto); 6. Relato – Comissão de Orçamento e Finanças – COF; 6.1. Aprovação do Plano Aplicação 2023; 7. Intervalo Almoço; 8. Apresentação do Sr. Renato Simões (Secretário Nacional de Participação Social); 9. Relato – Comissão da Comissão de Mobilização e Formação – CMF; 9.1. Indicação do Conanda para acompanhar o CPA; 9.2. Proposta da CMF para o Plano de Aplicação; 9.3. Apresentação do Planejamento Estratégico Biênio 2023-2024; 10. Definição da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Definição para Comissão de Avaliação e Monitoramento; 11. Encaminhamentos; 12. Encerramento. Dia: 16/03/2023. 1. Abertura da 312ª Assembleia do Conanda; 2. Comissão de Políticas Públicas – CPP; 2.1. Planilha para proposta no Plano de Aplicação 2023 da CPP; 2.2. Divulgação e distribuição dos guias do Acolhimento Familiar para os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente; 2.3. Plano Decenal; 3. Intervalo Almoço; 4. Relato Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP; 4.1. Apresentação do Planejamento Estratégico Biênio 2023-2024; 4.2. Proposta CDHAP Plano de Aplicação 2023; 5. Encerramento. Ato contínuo, o Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a aprovação da Ata da 311ª Assembleia Ordinária. A ata foi aprovada por todos. Depois, a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas saudou a todos. Em seguida, a Sra. Laurenice Alves de Castro discorreu a respeito dos informes da Secretaria. A Sra. Laurenice Alves de Castro comunicou que na assembleia anterior houve dois manifestos, sendo que um foi relacionado a uma nota de repúdio do CONANDA no tocante a declaração do Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco do Brasil. Relatou que foi aprovada em assembleia, encaminhada ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério da Fazenda e à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. O outro manifesto trata-se da solidariedade às vítimas dos desastres em São Paulo, elaborado no *Whatsapp*. Declarou que o manifesto foi aprovado e encaminhado ao CEDECA de São Paulo, à Defesa Civil de São Sebastião em São Paulo e à Secretaria de Governo de São Sebastião em São Paulo. Adicionou que existe um novo membro na Secretaria Executiva, lotado na diretoria da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e que auxiliará nos trabalhos do CONANDA. Notificou que foi solicitado pela Secretaria Executiva o pedido das passagens com antecedência, atendendo a Portaria nº 29, de 31 de janeiro de 2022, que trata do prazo para a emissão de passagem, e estabelece o mínimo de 25 dias. Adicionou que a

Secretaria Executiva está enviando um pedido de manifestação para a participação na próxima assembleia, com 30 dias de antecedência quanto a convocação e cinco dias para que os conselheiros se manifestem para convocar os suplentes e que o pedido da próxima assembleia foi encaminhado para todos os conselheiros titulares. Ato contínuo, o Presidente Ariel de Castro Alves destacou a presença da Sra. Sorimar Sabóia (FONACRIAD), da Sra. Regina Affonso (FUNDAC) e da Sra. Mayara Silva (SINASE). Com a palavra, a Sra. Sorimar Sabóia cientificou que no FONACRIAD foi discutido a necessidade de paridade de gênero e alternância de poder, que a primeira reunião técnica do FONACRIAD ocorrerá nos dias 26,27 e 28 de abril e solicitou a participação do CONANDA nas reuniões do FONACRIAD. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos ponderou que no dia anterior completou cinco anos da morte de Marielle Franco sem qualquer informação. Discorreu sobre o histórico da Marielle Franco e propôs ao conselho uma moção de solidariedade à Sra. Mônica Benício, companheira de Marielle Franco e a Ministra Anielle Franco. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu e informou que a sugestão foi acatada por unanimidade. Acrescentou que a mãe de Marielle Franco esteve no conselho na semana passada e que estão ocorrendo várias atividades na Câmara referentes a morte de Marielle Franco. Ato seguinte, a Sra. Mayara Silva ressaltou a importância dos adolescentes. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu e apresentou a Sra. Maria de Fátima Alberto. A Sra. Maria de Fátima Alberto cumprimentou a todos. Depois, o Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos cumprimentou a todos e agradeceu ao CONANDA. Em seguida, foi iniciada a Apresentação da proposta para o 18 de maio Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente (Coordenadora-Geral Giuliana Cores). Diante do exposto, a Coordenadora-Geral Giuliana Cores frisou que o dia 18 de maio é o dia do Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente, explicou o motivo da homenagem e refletiu que a data foi esquecida e o CONANDA como berço deve se manifestar. Explanou como ideia trazer 18 ações do Governo federal para o dia 18 de maio, com o envolvimento da Polícia Rodoviária Federal, do MEC, do Ministério da Saúde e do próprio Ministério, além de estar tentando a cooperação da Sra. Janja e do Ministério do Turismo na perspectiva de resgate da ação junto aos hotéis, portos e aeroportos. Questionou se o CONANDA pode colaborar com a divulgação e parceria com as instituições que representam e nos estados. Noticiou que conseguiu uma parceria com a Confederação Nacional de Transportes Autônomos, onde a Polícia Rodoviária Federal concederá pílulas informativas e um *podcast* para repassar aos caminhoneiros. Foi ressaltado a importância da mobilização e da recuperação do diálogo entre os ministérios e do Disque 100. O Presidente Ariel de Castro Alves salientou que o dia 18 de maio coincidirá com a assembleia, sendo necessário refletir em uma atividade que contemple o 18 de maio. Com a palavra, a Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira pontuou que a impunidade no caso de Ariceli ocorre em relação aos seus agressores, homens brancos, de alta classe, que possuem recursos financeiros para subsidiar uma assessoria jurídica excelente. Arrazoou que existem denúncias pois a violência sexual em sua maioria é intrafamiliar, que existe a necessidade de se trabalhar a área criminal com a vara da família e dispositivos que protegem mais o algoz do que a vítima. Argumentou que existem mais de 700 casos de abuso sexual com vídeos e fotos que não podem ser divulgados, em que as vítimas dormem com os seus algozes, sendo necessário divulgar os casos, dialogar sobre o segredo de justiça, denunciar e mapear os operadores do direito, principalmente os operadores da advocacia familiarista predatória que protegem este tipo de crime. Depois, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani informou que foi implantado a avaliação dos três planos no Plano de Aplicação. Acrescentou que o Plano de convivência Familiar e Comunitário está avançado e que é necessário o auxílio das coordenações. Com a palavra, o Conselheiro Eloi Gallon concordou com a necessidade de analisar as denúncias, mas que também deve existir melhorias quanto a prevenção nas escolas, os CRAS e os conselhos tutelares, sendo necessário refletir em uma formação. Foi acrescentado que os professores e profissionais estão sendo ameaçados e precisam ser protegidos. Depois, a Adolescente Karina Dias Azeredo arrazoou que é necessário existir o apoio e prevenção nas escolas, pois muitas crianças desconhecem o significado do abuso, portanto, o assunto deve ser debatido nas escolas. Salientou a necessidade dos professores e diretores se engajarem no projeto, que o dia deve ser divulgado e existir mais campanhas. Foi enfatizada a necessidade de refletir como a violência pode ser evitada. Foi destacado o assédio como violação, a importância do envio das informações e dos depoimentos das vítimas. Diante do exposto, Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá se solidarizou com os depoimentos anteriores e com as crianças e adolescentes em situação de rua. Parabenizou o conselho pela escolha da professora Fátima na coordenação, que atua na área. Relembrou programa de assistência referente a violência sexual, criado no governo Lula para identificar os agressores, e que em Paraíba o programa estava avançando antes de finalizar o governo, o que foi desconstruído pelo governo seguinte. Arrazoou que para a extinção da violência deve ser investido na política, que devem ser executados os planos de enfrentamento à violência sexual a nível municipal, estadual e nacional, que é necessário o aporte de recursos e políticas públicas para atendimento as vítimas e de enfrentamento e prevenção. Argumentou que em muitas situações as vítimas não compreendem a situação e que é necessário trabalhar na política de enfrentamento. A Conselheira Ana Paula Guidolin pontuou que o discurso foi vencido quanto a imparcialidade das escolas e de muitas pessoas em debates públicos em muitos temas, sobre não haver doutrinação política na escola referente a sexualidade e gênero. Adicionou que na pandemia muitas crianças permaneceram em casa e que o 18 de maio deve ser destacado com mais campanhas. A Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes sugeriu o prazo de um mês para organizar grandes ações e convidar outros atores para debater na assembleia. Depois o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos notificou que no dia anterior se reuniu com o Fundo de População das Nações Unidas, acrescentou que eles possuem como pauta a defesa do sexo seguro e da gravidez desejada segura e que está realizando uma parceria com eles para encaminhar esses assuntos a vários jovens e crianças. Argumentou que o CONANDA poderia dialogar com a ONU, que possui recursos para contribuir com a formulação de uma política mais agressiva de prevenção. Notificou que durante a pandemia houve uma redução da gravidez em adolescentes, mas em compensação houve o crescimento da gravidez em crianças de 10 a 12 anos, abusadas dentro de casa, o que deve ser analisado. Ato seguinte, a Conselheira Marta Volpi pontuou que é necessário denunciar e verificar se a denúncia está sendo encaminhada aos locais corretos para obter a punição dos fatos e que o conselho deve refletir em uma maneira de realizar uma formação para criação e recebimento das denúncias. Informou que a Fundação ABRINQ realiza campanhas nas datas de trabalho infantil concernentes à violência sexual e que frequentemente existem casos destacando a dificuldade do recebimento das denúncias. Depois, como comunicado breve foi informado que a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira se tornou conselheira titular. Ato seguinte, a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira agradeceu, informou que trabalha nessa área, manifestou solidariedade, e ponderou que no novo Ensino Médio estão retirando disciplinas protetivas e é necessário retomar instrumentos como o Guia Escolar. Complementou que estão trabalhando com o MEC para realizar uma incidência mais forte na educação e retornar à educação sexual. Depois, a Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso discorreu sobre o tratamento das vítimas após o abuso, sendo necessário a sensibilização nas escolas e instituições de acolhimento. Concluiu que o assédio físico e verbal que pode prejudicar a criança. Depois, o Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a presença da Sra. Nadine

Borges. Logo em seguida, a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas se solidarizou com as vítimas de violência, relembrou que no ano anterior o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) se mobilizou e se manifestou quanto a extinção da campanha 18 de maio. Salientou a importância da campanha e do debate sobre o assunto e propôs uma manifestação do CONANDA sobre o assunto. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani pontuou que deve ser acompanhada a pauta do ensino domiciliar no Senado e questionou o que está sendo refletido de forma articulada com o MEC para o 18 de maio e após o 18 de maio, pensando que a escola é um lugar privilegiado de prevenção. A Conselheira Sandra Alves da Mata e Souza informou que a Diretoria Política de Educação Básica se coloca à disposição do CONANDA. Ato seguinte, o Presidente Ariel de Castro Alves discorreu sobre o Programa Escola que Protege, realizado nos governos Lula e Dilma. O Adolescente William Fleutério Azevedo dos Santos salientou que esses assuntos devem ser discutidos nas instituições de ensino e que órgãos que recebem crianças e adolescentes como a Política de Assistência Social, SCFV's e os gestores devem encaminhar o assunto, capacitar os profissionais e aplicar campanhas de prevenção. Ponderou que os órgãos são despreparados, pois cada órgão trata o assunto de maneira diferente. Depois a Conselheira Sonia Isoyama Venancio enfatizou a importância do 18 de maio para fornecer visibilidade e iniciar as políticas públicas. Salientou o trabalho dos profissionais da saúde podem fortalecer as ações de prevenção e unir esforços com outros setores e a importância das políticas intersetoriais. Foi questionada se existe uma proposta quanto ao 18 de maio e o Presidente Ariel de Castro Alves informou que existe. Foi destacado pelo Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva a desestruturação do governo anterior, o que acarretou na dificuldade de obtenção de dados do Disque 100 e do SUAS, no atendimento as vítimas de abusos sexuais e na redução dos recursos, porém colocou o Ministério da Justiça para refletir com o CONANDA em ações conjuntas efetivas. Foi reforçada a redução dos recursos e apoio psicológico na operação Luz na Infância e a necessidade de investimento em inteligência artificial para a identificação do rosto de crianças que foram vítimas de pornografia infantil. O Presidente Ariel de Castro Alves sugeriu a criação de um grupo para expor ideias para a retomada do "Faça Bonito" quanto ao 18 de maio, e salientou a necessidade do CONANDA mobilizar os conselheiros municipais e estaduais para fazer uma agenda do 18 de maio em todos os estados. A Coordenadora-Geral Giuliana Cores discorreu sobre a reativação da comissão intersetorial, a pretensão de convidar novamente os ministérios e a sociedade civil, a necessidade de rever o Plano Nacional e a intenção de colocar as ações de prevenção sexual com a participação dos ministérios. Foi questionado se seria o caso de criar uma ação de curto prazo com o MEC para o 18 de maio. A Coordenadora-Geral Giuliana Cores respondeu que está com uma ação com a SECADI que pode envolver os direitos humanos quanto a prevenção. No que concerne as ações com o Ministério da Justiça, ponderou que existe uma construção sobre responsabilização, mas que espera mais ações. Arrazou sobre a parceria com a PRF, o lançamento do *WhatsApp* do Disque 100, o reordenamento dos fluxos e propaganda junto aos caminhoneiros. Em seguida a Sra. Nadine Borges ressaltou a importância do 18 de maio, de ações realizadas em Niterói como a Coleta Seletiva, da capacitação de crianças no esporte e que se coloca à disposição. Ato seguinte, o Presidente Ariel de Castro Alves propôs que a Apresentação da proposta para o 12 de junho referente ao Combate ao Trabalho Infantil seja pautada na próxima assembleia e que esse assunto seja resumido na próxima reunião. Todos concordaram. Com a palavra, a Coordenadora-Geral Maria de Fátima Alberto cumprimentou a todos e iniciou uma apresentação sobre o trabalho infantil. Discorreu sobre as violações de direitos e consequências biopsicossociais, trabalho infantil, encarceramento em medidas de internação, censo SUAS, dados de campanhas e conselhos tutelares. Solicitou o apoio do CONANDA para considerar a campanha de 12 de junho e a necessidade de construir uma resolução específica do CONANDA que reafirme o trabalho infantil como violência, criar diretrizes no sentido de garantia de direitos, retomar recursos para a avaliação do terceiro e construção do 4º Plano e fazer parcerias para elaborar campanhas de capacitação e construção de garantia de direitos. Diante do exposto, a Conselheira Rozângela Borota Teixeira parabenizou a apresentação, salientou a importância da aprendizagem profissional enquanto ação afirmativa para as ações de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil, devendo ser tratada como política pública intersetorial, sendo necessário a construção de um Plano Nacional de Aprendizagem Profissional. Complementou que a FEBRAEDA está atuando nessa política pública. A Adolescente Rayssa Dias Lima comunicou que iniciou a itinerância representacional com a temática de trabalho infantil no Maranhão. Pontuou sobre a existência de culturas enraizadas no trabalho infantil e que campanhas educativas sobre o trabalho infantil são fundamentais. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto, enfatizou que os temas são bastante relacionados ao CONANDA, mas que devem haver políticas públicas com intersetorialidade. Argumentou que existe uma confusão sobre o término da ajuda e início do trabalho infantil. Depois o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger solicitou o envio da apresentação. A Conselheira Tatiana Augusto Furtado enfatizou a importância da política de aprendizagem profissional e que adolescentes em situação de vulnerabilidade precisam ter prioridade. Complementou que as instituições sem fins lucrativos fornecem o apoio pedagógico, psicológico e identificação da violação e que são relevantes para a aprendizagem profissional. A Conselheira Marta Volpi parabenizou a apresentação, explicou que o trabalho infantil possui interlocução com outros temas e que é necessário reafirmar que é uma violação de direitos. Pontuou sobre a dificuldade de identificar o destino da denúncia. Com a palavra, a Sra. Maria Izabel da Silva (Bel), Coordenadora Técnica da Flacso Brasil, informou que seu tema do TCC do mestrado é: "*Se a Convenção 182 da OIT está sendo levada em consideração pelos magistrados nos casos de adolescentes apreendidos pelo envolvimento com o tráfico de drogas*". Salientou que foi comprovado que a Convenção 182 não foi citada no seu trabalho e que pode disponibilizar o *link* da defesa. O Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva arrazou que discursos como o impacto do PIX no aumento do trabalho infantil não são tolerados no governo. A Adolescente Karina Dias Azeredo salientou a importância do Centro para Crianças e Adolescentes (CCA). O Presidente Ariel de Castro Alves reafirmou a posição contrária ao trabalho infantil e que existem projetos que visam reduzir a idade e políticas favoráveis ao trabalho infantil. Em seguida, foi iniciado o Relato da Comissão de Orçamento e Finanças – COF. Foi informado pelo Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger que a COF se reuniu duas vezes, porém a comissão depende do trabalho das outras comissões no que concerne as propostas para realizar o planejamento. Enfatizou que a demora para elaborar o Plano de Aplicação pode afetar na execução de orçamento. Comunicou que o valor disponível no fundo é de R\$ 15.706.239,00, que priorizou três ações de abrangência nacional, que foram apresentadas propostas com relação a garantia de computadores para o CPA, ao provisionamento de recursos para garantir o pacote de dados de internet de forma continuada e a realização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e que posteriormente o Plano de Aplicação da CDHAP será incluído no orçamento. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos sugeriu incluir o kit de higiene no orçamento. Foi destacada a inclusão do kit de Dignidade Menstrual no valor de R\$ 600.000,00. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá explicou que na Comissão de Mobilização e Formação foi priorizada a conferência, os equipamentos do CPA, o encontro dos presidentes e vice-presidentes dos conselhos para pactuar questões da conferência e as eleições dos conselhos tutelares. O Conselheiro Romero José da Silva clarificou que o Governo Lula criou um programa sobre dignidade menstrual, que os casos devem ser avaliados para pensar em outras estratégias e que pode haver

dificuldade quanto a entrega dos materiais. Quanto ao Plano de Aplicação, salientou que o CONANDA está atrasado quanto a avaliação nacional. Cientificou que a lei nº 12.594 informa que no terceiro ano de promulgação da lei do SINASE deve ser realizada uma avaliação nacional e propôs a inclusão da avaliação nacional do SINASE. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani esclareceu que no CPP a avaliação e a revisão dos planos foram priorizadas e que pela CPP está incluso um milhão de reais para a avaliação e revisão do Plano do SINASE, Violência e Enfrentamento a Violência Sexual, Decenal e Trabalho Infantil. Acrescentou que o CPP está propondo um encontro entre os conselhos, de forma virtual e sem custos. A Conselheira Marta Volpi clarificou que a avaliação é legal, que deveria ter acontecido em 2015, que houve um esforço no governo passado, mas não foi contemplado o estado de São Paulo, portanto, deve ser feita uma avaliação do sistema. O Presidente Ariel de Castro Alves sugeriu avaliar sobre o Kit Dignidade Menstrual na CPP. Foi concordado quanto ao debate sobre a dignidade menstrual e que deve haver responsabilidade com a realocação dos valores. Foi destacado que as outras propostas da COF ainda serão avaliadas de maneira mais detalhada. Em seguida, foi iniciada a votação quanto ao Kit de Dignidade menstrual retornar ao CPP e depois ao Plenário. Foi aprovado por unanimidade. Para o programa da discussão foi sugerido que a Conselheira Sonia Isoyama Venancio faça a interlocução. Foi questionado sobre o orçamento para as coordenações das secretarias e foi respondido que será tratado na próxima reunião. Iniciada a votação sobre as ações de garantia de computadores para o CPA de R\$ 300.000,00, provisionamento de recursos para garantir pacote de dados de internet de forma continuada de R\$ 200.000,00 e a realização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de R\$ 6.000.000,00 foi aprovado por unanimidade. Logo em seguida, foi concedido intervalo para almoço. Reiniciada a reunião, Presidente Ariel de Castro Alves cumprimentou a todos, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Sr. Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social. O Sr. Renato Simões cumprimentou a todos, reconheceu a importância da gestão anterior do Conanda para implantar a conferência nacional. Discorreu sobre a orfandade por COVID-19, em que houve desproteção social. Declarou que essa discussão resultou em vários seminários, lançamento de um livro e o encaminhamento a equipe de transição. Arrazouo que a pandemia afetou toda a sociedade brasileira, principalmente crianças e adolescentes. Argumentou que o tema da conferência é rico para entender como o cotidiano das crianças e adolescentes foi afetado, as incertezas econômicas, a falta de acesso as políticas de acesso ao SUAS e o desmonte da saúde mental. Argumentou que a participação social não é participação popular em todas as situações, apesar de toda participação popular ser participação social e o desafio é não haver um sistema de participação social que seja meramente representativo, mas que seja participativo. Enfatizou a necessidade de recuperar a participação social que foi atacada anteriormente e que devem ser realizadas mais ações. Ponderou que o diálogo deve ser produzido, que é essencial fazer sínteses para entregas, sendo uma função do Conanda. Salientou que a participação social deve melhorar e que existem tecnologias para que as pessoas participem além do presencial, que uma das atribuições da Secretaria Geral da Presidência, um órgão indutor e coordenador, é coordenar a Política Nacional de Participação Social e nesse sentido lutará pelo seu aprimoramento, o que significa aumentar a qualidade e efetividade da resposta governamental. Pontuou que deve haver melhorias e que o Conanda é essencial para a execução e aprimoramento de espaços. Comunicou que a Conferência da Cultura, Conferência da Saúde e a Conferência Nacional da Juventude serão realizadas, que o PPA participativo que será lançado em abril, em que define os investimentos e prioridades do governo por 4 anos, o que orienta o orçamento ano a ano e que será lançado em maio a nova participação digital do governo federal focado no PPA. Desejou vida longa ao Conanda. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu, ressaltou a importância da participação dos adolescentes, solicitou a explicação sobre o comitê de participação, a verificação da possibilidade de algum adolescente do CPA ou de uma instituição participar como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. O Sr. Renato Simões comunicou que o Presidente Lula assinou dois decretos que incorporam sugestões da transição para a participação social. Criou um Conselho de Participação Social, com diálogo permanente com os principais movimentos sociais nacionais. Citou o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, como conselho de assessoramento do Presidente da República. Comunicou que o Conselho terá uma cadeira para o Movimento da Infância, em que o presidente decidirá. Discorreu sobre o Fórum Interconselhos, em que o Conanda será convidado, com 2 dias de trabalho em abril, junho e agosto e foco no Plano Plurianual. Discorreu que foi criado o Sistema Interministerial de Participação Social, que estará presente no gabinete dos ministros, com foco na participação social e que na próxima semana será realizado um ciclo de formação e integração com todas as assessorias de participação dos ministérios. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas agradeceu a presença do Sr. Renato Simões, parabenizou as ações informadas do governo e salientou a importância da participação social. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira salientou a importância do tema da conferência, que foi debatido no CPA. O Sr. Renato Simões agradeceu e se despediu. Com a palavra, o Sr. Renato Roseno se apresentou, ponderou que conhece crianças e adolescentes em situação de orfandade e orfandade por COVID e parabenizou as secretarias que estão com essa pauta em suas agendas. Informou sobre a criação de um GT para a montagem de um Censo de crianças e adolescentes em situação de orfandade. Pontuou que muitas pessoas perderam pessoas vítimas violência, discorreu sobre a letalidade de crianças e adolescentes, concentradas na Região Nordeste, principalmente no Ceará e que em razão disso foi criado o Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência. Explicou que produzem recomendações e que é necessário prevenir e mobilizar territórios para a prevenção. Convidou a todos para acessar o site <https://cadauidaimporta.com.br/> para conhecer os trabalhos realizados. Comunicou que a pesquisa "A Letalidade de Adolescentes que passaram pelo socioeducativo" será lançada em abril, que trabalham com recomendações e que o esforço é desnaturalizar a morte dos adolescentes. Destacou a importância da redução da violência letal e o que está sendo feito no Ceará. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu, cientificou que houve seminário do PPCAM em que foi conversado com a UNICEF sobre a retomada do índice de homicídios na adolescência, que desde 2014 foi interrompido. Destacou a importância do diálogo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o setor de Igualdade Racial, a Secretaria de Juventude. Discorreu sobre a orfandade, em que foi conversado com a professora Aldaiza de Oliveira Sposati, da Coalizão sobre a Orfandade decorrente da COVID, que está sendo debatido um auxílio pelo MDS e que foi solicitado auxílio da professora quanto a elaboração de um texto sobre políticas públicas sobre a orfandade decorrente da COVID, que posteriormente será encaminhado ao Conanda. A Sra. Maria Izabel da Silva (Bel) lembrou que foram realizadas 6 caravanas regionais pelo direito da criança e do adolescente denominados: "Por onde passam os direitos da criança e do adolescente", o que resultou em uma deliberação deste conselho em dezembro de 2020, que foi apresentado o projeto de 27 caravanas regionais, uma em cada estado e no Distrito Federal, com 2 anos de tentativas. Foi retomada a conversa com a secretaria e informou que estão trabalhando nesse projeto para elaborar a carta-acordo com a Flasco para a realização das caravanas e que será realizado o levantamento dos resultados das conferências e análise das políticas públicas. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto parabenizou o trabalho do Sr. Renato Roseno, enfatizou a importância da execução e da análise das conferências e das caravanas. Ato contínuo, foi iniciado o relato da Comissão de Mobilização e Formação. Foi

destacada a importância do trabalho do Sr. Renato Roseno, informado que na comissão as reuniões foram virtuais, que a maioria das ações não foram realizadas, que foi pautado o planejamento estratégico, a indicação do Conanda para acompanhar o CPA e o Plano de Aplicação. Foi notificado como encaminhamentos: encaminhar a Resolução nº 199/2017, solicitando as contribuições das comissões e sistematização; pautar a Resolução nº 199/2017 a próxima reunião da CMF, prevista para o dia 12/04; enviar o Relatório da Carta acordo do CPA para os conselheiros; realizar o debate a fim de sensibilizar os Conselhos Municipais e Estaduais para que criem Linhas de Financiamento de seus Fundos para Constituição, Mobilização e acompanhamento da participação de crianças e adolescentes; apresentação pela Flacso do Projeto Caravana na reunião da CMF para a reunião no dia 12/04; pautar na Mesa Diretora as campanhas de 18 de maio, trabalho infantil, FNCA e ECA; formação para os Conselheiros de Direitos e Tutelares para o Processo de Escolha 2023 dos Conselhos Tutelares; solicitar a CGFGD informação sobre a Escolha de conselhos, bem como a execução no ENDICA; solicitar a CGFGD informação sobre o SIPIA – CT. Foram citados como indicações do Conanda para acompanhar o CPA a Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO), a Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR) e o Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil). No tocante a orfandade, foi notificado que foi realizado uma roda de diálogo com 180 pesquisadores brasileiros e a professora Aldaiza de Oliveira Sposati enviou uma publicação chamada: “*No Brasil a orfandade é órfã de proteção integral: revelação da sindemia da covid-19*” e foi colocado a disposição do Conanda, sendo um tema que pode ser incluído nas comissões. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá ressaltou que são demandas importantes, prioritárias e que devem ser tratadas. Relembrou a fala da Adolescente Rayssa Dias Lima, em que os adolescentes do CPA estão representando outros adolescentes. A Sra. Laurenice Alves de Castro pontuou que algumas demandas da CMF estão sendo realizadas, que quanto as passagens estão sendo elaborado um *card* para ser aprovado nesta reunião e colocado nas redes sociais. Esclareceu que foi feita a proposta para o CMA para a elaboração de vídeos para a convocação de doação. Informou sobre a pauta solicitada pelo CMA para amanhã as 09:00. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira reforçou que as demandas da comissão são prioritárias e registrou a participação do CPA na reunião. O Conselheiro Eloi Gallon enfatizou a importância do monitoramento das ações, pontuou que os municípios devem organizar recursos para a participação dos adolescentes e que o Conanda deve abordar essa questão com profundidade. Iniciada a votação do Relatório da CMF, foi aprovado por unanimidade. Sobre a Indicação do Conanda para acompanhar o CPA, foram citados a Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO), a Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR), o Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil), a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH), o Presidente Ariel de Castro Alves. Foi esclarecido que no ano passado existiam duas representações da CMF, que não existia obrigatoriedade de paridade, que foi colocado um formulário de levantamento de perfil dos adolescentes integrantes do CPA, uma consulta sobre o horário de estudo e o melhor horário para as atividades. Ponderou que ocorriam reuniões no período noturno, domingos, feriados, sendo que a prioridade é a participação dos adolescentes. Foram aprovadas as indicações. Sobre a Comissão Organizadora da 12ª Conferência, foi indicado o Conselheiro João Victor da Motta Batista como representante do governo e o Conselheiro aceitou. Foi informado que o CPA indicou como titular Isis de Jesus Reis, como titular e Clebson Tavares de Sá, como suplente. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto notificou que houve o consentimento de que ele poderia permanecer na coordenação desta comissão, destacou que as subcomissões metodologia, infraestrutura, comunicação e mobilização são importantes e que as pessoas devem se dividir nas subcomissões. Como integrantes da Comissão tem-se: Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá (MNMMR), Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil), Romero José da Silva (GAJOP), Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH), Sonia Ioyama Venancio (MS); Tereza Santos Faris (MEC), João Victor da Motta Batista (MTE), Isis de Jesus Reis, Clebson Tavares de Sá, sob a coordenação de Antônio Lacerda Souto. Todos concordaram com a comissão. Foi sugerido que os conselheiros observem o documento orientador da conferência nacional que contém a missão de cada subcomissão, para que os conselheiros decidam qual subcomissão acompanhar. Foi cientificado que a Secretaria Executiva está em andamento com o processo referente a alocação do espaço e a comissão deverá se reunir o mais rápido possível. Referente a Comissão de Avaliação e Monitoramento, foram informados como integrantes: Diego Bezerra Alves, Antônio Lacerda Souto, Ana Paula Guidolin e Giuliana Cores. Foi aprovada por todos a comissão de monitoramento. O Presidente Ariel de Castro Alves salientou a necessidade de retomar a quantidade de 14 membros da titularidade e suplência, representantes da sociedade civil e do governo, conforme o decreto sobre a composição. Arrazou que foi encaminhado à ConJur, aprovada, solicitada a elaboração de uma nota técnica explicando o decreto e foi suprimido representante do Ministério das Relações Exteriores e incluído representante do Ministério do Planejamento, porque o representante mudou de ministério. Como representantes do governo foram incluídos da Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Previdência Social e quatorze representantes das organizações da sociedade civil. Notificou que inicialmente é encaminhado a ConJur e depois para a Presidência da República. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani questionou se a minuta do decreto pode ser compartilhada e o Presidente Ariel de Castro Alves negou. Foi destacado pelo Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger que a sociedade civil fez um acordo quanto a realização de uma reeleição com a possibilidade de uma reeleição e uma recondução, fato que pode ser citado no decreto. Pontuou que o CPA deve ser reconhecido como órgão consultivo no conselho e que o decreto não reconhece os mandatos dos atuais conselheiros. Foi pontuado sobre a necessidade do direito de dois mandatos, o direito adquirido dos suplentes se tornarem titulares na ausência dos titulares e a importância do reconhecimento do CPA. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos ponderou que devem ser considerados aspectos legais e as possibilidades de reação da sociedade civil nos aspectos da lei. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani concordou, arrazou que deve ser aproveitada a eleição que foi realizada e tornar os suplentes titulares. Argumentou que o trabalho do Conselho não pode ser paralisado e discordou da eleição suplementar. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto relatou uma situação semelhante no Fórum Nacional de Educação, notificou que estão retomando a formação original e concordou com a análise da dimensão jurídica no caso do conselho. O Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha discordou, pois foi criada uma regra e argumentou que em caso de abertura de uma exceção pode ser aberta uma nova eleição. Cientificou que na última reunião as entidades se manifestaram, enviaram um documento e podem fazer alterações para a próxima eleição. O Presidente Ariel de Castro Alves comunicou que a ConJur se manifestou no sentido que o Conanda não poderia estabelecer regras de transição, sendo o mais adequado a deliberação posterior do Conselho, porém poderia ser criada uma comissão no conselho para análise. A Sra. Laurenice Alves de Castro notificou que em reunião com a ConJur, foi salientado que essa pauta não pode constar no decreto, contudo na nota técnica foi colocado: “*Cabe ao*

Conanda estabelecer as regras de recomposição dos demais representantes das organizações de sociedade civil, submetendo-se as regras de transição para ampliar cinco representantes que irão compor o colegiado no biênio 2023-2024 para adequar-se aos 14 órgãos do governo Federal proposto no § 4.11, respeitando a paridade na forma da lei, respeitando o mandato das organizações eleitas em 09 de dezembro de 2022 já garantidos e em curso com posse agendada para 14 de fevereiro, data aprovada na 310ª Assembleia Ordinária no dia 14 de dezembro". Acrescentou que não pode ser colocado no decreto, mas foi colocado na nota técnica. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger concordou com a ideia da comissão e se colocou a disposição. O Conselheiro Danyel Lório de Lima ponderou que a comissão pode existir, mas que o decreto deve prosseguir para não haver atrasos. O Presidente Ariel de Castro Alves concordou. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos concordou, mas pontuou que devem ser confrontados diversos pensamentos e acrescentou que o decreto não pode retroceder. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá concordou com o posicionamento do Conselheiro Danyel Lório de Lima, salientou que o CPA deve ser reconhecido, que o regimento do Conanda não mudou com relação a sociedade civil e que deve ser deliberado pelo Conanda a proposta. A Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes sugeriu colocar opções jurídicas da ConJur para debater no Conselho fora do decreto. O Conselheiro Eloi Gallon ponderou que se o decreto não pode fazer esta ação, então o decreto anterior não tinha validade e que é necessário aprofundar. A Conselheira Marta Volpi clarificou que tendo o STF decidido manter o voto de desempate do Presidente do Conanda e a impossibilidade de recondução, alterando o Regimento Interno do Conanda, que esses dois pontos não podem ser modificados por meio de decreto, sendo necessário respeitar as instituições. O Presidente Ariel de Castro Alves esclareceu que existe a proposta de manter o decreto como está, a proposta de acrescentar o CPA, e outra proposta de criar uma comissão para revisar o decreto e tratar das regras de transição. Foi questionado quanto a revogação do decreto para fazer um novo decreto ou reestabelecer o anterior. Foi esclarecido que seria a revogação para reestabelecer o anterior. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger ponderou que o ideal é permitir a circulação, aprovar e formar a comissão para tratar as regras de transição que serão submetidas ao Plenário. Pontuou que é necessário rever a lei do Conanda, pontuando especificidades, incluindo o CPA na lei. Iniciada a votação, todos concordaram com a aprovação do decreto, a criação de uma comissão para regras de transição e outra comissão para debater sobre a legislação. Como integrantes da comissão das regras de transição foram colocados: Edmundo Ribeiro Kroger, Carlos Frederico dos Santos, Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá, Marta Volpi e Sérgio Eduardo Marques da Rocha. Foi aprovada a comissão. Foi realizada a apresentação do Sr. Hélio e do Sr. Orlando. Foi apresentado o *card*. Assim, o primeiro dia de reunião da 312ª Assembleia Ordinária do Conanda foi encerrado.

**16/03/2023 – Abertura da 312ª Assembleia do Conanda:** O Presidente Ariel de Castro Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos. Agradeceu a presença do Sr. Benedito Rodrigues dos Santos. O Sr. Benedito Rodrigues dos Santos agradeceu a presença, relatou o seu histórico de participação no Conanda, propôs rever o Plano Decenal, que deve estabelecido um pacto entre governo e sociedade civil e ponderou que deve haver reposicionamento do adolescente na sociedade brasileira. Declarou que está à disposição. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu e destacou a parceria com a UNICEF e as funções do Sr. Benedito Rodrigues dos Santos. Mencionou a presença da Sra. Thaisi Moreira da Coalizão pela Socioeducação, da Sra. Tayanne Galeno do Instituto Alana e da Sra. Salete P. Alencar, ex-secretária de Promoção dos Direitos Humanos e integrantes da Flasco. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas agradeceu a presença e relatou que existem muitas atividades a serem realizadas. O Presidente Ariel de Castro Alves anunciou a presença do Sr. Deilson Secretário-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão. Em seguida, o Adolescente Jeferson do Nascimento de Souza cumprimentou a todos, se apresentou, solicitou para a próxima assembleia em abril a discussão sobre o Novo Ensino Médio. A Adolescente Eduarda Nayara Lemes de Andrade pontuou que será discutido com a gestão inteira do CPA esse assunto para ser pautado na próxima assembleia. A Adolescente Rayssa Rodrigues de Souza destacou a importância da pauta para o CPA. A Adolescente Karina Dias Azeredo enfatizou que o tema será estudado no CPA para levantar as demandas de todos. O Adolescente Gustavo da Silva Campêlo informou que no CPA serão realizados debates e pesquisas para a discussão sobre o tema. O Adolescente Danilo Oliveira Venite ressaltou a participação dos CPA's estaduais e municipais. O Adolescente Caique Gomes de Oliveira notificou que ontem, dia 15 de março houve manifestações sobre a revogação do Novo Ensino Médio e citou fala de professor em manifestação. A Adolescente Elizabeth Paola S. Callisaya enfatizou que será uma sistematização sobre o assunto tratado. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira salientou que será encaminhado um material para posicionamento da sociedade em geral, com vantagens e desvantagens. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu e passou a palavra para a Conselheira Tereza Santos Faria. A Conselheira Tereza Santos Faria saudou a todos, anunciou a publicação de uma portaria publicada no dia 08 de março para a discussão dessa política e reformulação da política e parabenizou a preocupação dos adolescentes quanto ao assunto. Destacou que a discussão pode desperdiçar o tempo e podem debater quanto a consulta pública. Salientou que a reformulação será feita. Discorreu sobre o Plano Nacional de Educação em que uma das metas está direcionada ao Novo Ensino Médio, o que foi pactuado nos fóruns. Convidou o CONANDA para participar. O Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos notificou que o assunto será discutido para obter propostas e os debates precisam ser fortalecidos. O Conselheiro Eloi Gallon ponderou que o Novo Ensino Médio deve ser discutido para não afetar a formação profissional. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá argumentou que a discussão sobre o Ensino Médio é algo polêmico, pois existem diferentes posicionamentos, sendo urgente a discussão sobre o assunto, que é necessário ouvir a sociedade em geral e que não está correspondendo a necessidade dos adolescentes. A Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso cientificou que será realizada uma roda de adolescentes e será questionado os benefícios, malefícios e o que pode ser mudado. Iniciada a votação, foi aprovado o debate sobre o Novo Ensino Médio com a proposição do CPA sobre o que pode ser alterado. Logo em seguida, foi iniciado o Relato da Comissão de Políticas Públicas – CPP. A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira se apresentou, informou como pauta da Comissão de Políticas Públicas – CPP a Planilha para proposta no Plano de Aplicação 2023 da CPP; Divulgação e distribuição dos guias de Acolhimento Familiar para os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano Decenal. Foi destacado que deve haver um levantamento das violações aos adolescentes LGBTQIA+ e que o Conanda deve entender o que está ocorrendo na prática. A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira enfatizou sobre o programa referente as identidades das crianças desaparecidas que adicionou itens como a tipagem sanguínea. Relatou como encaminhamentos: apresentar o planejamento aprovado pela comissão em assembleia e pautar como data sugerida para a realização do evento em abril. A Adolescente Karina Dias Azeredo ressaltou a necessidade do acolhimento das escolas aos adolescentes LGBTQIA+ e que existe falta de discussões, sendo essencial a discussão. A Adolescente Rayssa Dias Lima informou sobre a participação com a reunião na CPP, em que foi priorizado pelo CPA alguns itens, que houve embasamento para elaborar o orçamento e que foi definido os materiais e as causas. Enfatizou a importância da discussão sobre o assunto e que a política pública

pode trazer a materialização. A Sra. Thaisi Moreira saudou a todos, explanou sobre a resolução das meninas, que tratava sobre as meninas em situação de liberdade e que foi impedido no governo anterior. Ponderou que possui cerca de 20 artigos sobre o assunto que foi construído pelo Conanda e o Conselho Nacional da População LGBTQIA+ e sugeriu verificar o documento da resolução. Refletiu sobre o impacto desse assunto nas adolescentes privadas de liberdade. Citou o tráfico como o item que mais criminalizava. Ponderou sobre a necessidade de audiências públicas e de medidas protetivas para as adolescentes, não socioeducativas e não privadas de liberdade. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas explanou sobre a saúde mental e a violência dos adolescentes nas escolas. Solicitou a discussão no Conanda da previsão de ações para a implementação da lei nº 13.909, que prevê assistentes sociais e psicólogos nas redes sociais de ensino. O Presidente Ariel de Castro Alves concordou. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá arrazoou que a política referente aos adolescentes privados de liberdade deve ser revista, pois ocorrem diversas violações aos adolescentes. Relatou encontro com adolescentes do CPA de Paraíba em meio aberto e fechado com a existência de vários relatos. O Conselheiro Romero Silva destacou sobre adolescentes LGBTQIA+ privados de liberdade. Relatou vídeo publicado que abordou informações falsas sobre o Conanda. Enfatizou sobre a importância da retomada das Escolas de Conselhos, argumentou que não se pode avançar quanto as Escolas de Conselhos de maneira nacional, que deve ser de âmbito estadual e que deve ter uma interlocução com o conselho estadual para continuar com o processo. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger cumprimentou a todos, pontuou que o planejamento estratégico serve para o mandato de dois anos, que o orçamento é curto e que na comissão de orçamento foi discutido que as prioridades são a conferência e os equipamentos do CPA. Argumentou que existe como desafio os 120 milhões de reais contingenciados e que diante do exposto, a COF solicita aos representantes de governo intervenções para a utilização dos recursos no próximo ano. Foi observado que existem ações sobrepostas nas comissões e que deve ser verificado o responsável por cada atividade. Exemplificou sobre a pesquisa do IBGE quanto a quantidade de moradores de rua em que seria necessário descobrir o alcance da pesquisa e a provável impossibilidade de realizar uma intervenção, visto que o Censo está encerrando. Reforçou a criação da Escola Indica, que possui vários recursos alocados na Universidade de Brasília. Ressaltou que é necessário refletir que Rondônia não funciona como estão nos artigos do assunto, sendo que as medidas devem ser tomadas corretamente. Pontuou que os CRAS e os CREAS devem funcionar corretamente. O Conselheiro Diego Bezerra Alves ressaltou sobre a revisão da carta acordo sobre a Escola Indica, a necessidade da escola em todos os estados integrados com o Plano de Integração, sendo essencial essa ação com a parceria do estado e a sistematização da COF. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá solicitou a explicação sobre carta acordo, se pode ser feito apenas com organismo internacional. O Conselheiro Diego Bezerra Alves confirmou e informou que a UNB realiza esse serviço dentro da PNUD. Sobre o Plano de Aplicação, sugeriu evitar o uso de recursos esse ano na revisão dos planos setoriais, sendo necessário focar no Plano Decenal. A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira observou que deve ser verificado os recursos da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança no ano anterior, que o prazo do CPP de 21 meses e 18 meses deve ser revisto para um ano e que o PRODOC seria a área de execução. Enfatizou que o Plano Decenal deve ser pensado como matricial e os outros planos como ramificações e foi sugerido trazer outros agentes. Ato seguinte, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani abordou sobre o evento da Comissão de Políticas Públicas. Discorreu sobre a entrega qualificada dos Guias de Acolhimento Familiar para todos os estados. Foi refletido sobre um encontro virtual na *Plataforma Teams* para não gerar custos, com a presença dos conselheiros estaduais e informado que o evento seria transmitido para o *YouTube* para os conselhos municipais participarem, com uma hora e meia. Foi informado sobre o Planejamento do Encontro. Argumentou que o evento pode ser realizado em maio. O Conselheiro Romero José da Silva ponderou que o contingenciamento do Fundo do conselho indica para o conselho uma ilegalidade sobre a definição de autonomia do Conselho e que é fornecida para a gestão do Fundo ao Conselho, sendo necessário assumir como prioridade pois questiona a capacidade de aprovar o Plano de Aplicação como conselho. Ressaltou que o Conselho deve gerir os recursos dentro da capacidade do Fundo, sendo necessário o pronunciamento do Conselho a respeito para verificar a autonomia do conselho. Relembrou ação do Ministério Público Federal quanto a autonomia do Conanda. Foi destacado sobre o Seminário para o retomar a discussão do Plano Decenal, em que se está pensando em uma parceria da sociedade civil com o CPA, elaborar uma avaliação crítica do Plano Decenal desde o seu início, verificar como os estados colocaram os seus planos e o que é esperado da Política Nacional. Foi notificado que será virtual e a data será discutida, com previsão para maio. Quanto à planilha de aplicação, foi destacado quatro principais linhas: diagnóstico, planejamento, formação e mobilização. Foi ressaltado como prioridades máximas o Plano Decenal e a Conferência. Foi informado sobre a ocorrência de três conferências nacionais e que podem ser discutidos os outros temas em outras situações, como a revisão dos planos setoriais no próximo ano, e trabalhar no momento com o diagnóstico desses temas em específico que podem subsidiar os recursos. Foi esclarecido que através de um mapeamento, apenas oito estados possuem plano estadual decenal como por exemplo: Alagoas, Pernambuco, Roraima, Rondônia, Distrito Federal e Santa Catarina. Em seguida, a Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso cumprimentou a todos, relatou o seu depoimento quanto a sua experiência como família acolhedora. O Conselheiro Diego Bezerra Alves concordou com o posicionamento quanto ao fundo e informou que houve um encaminhamento referente ao vídeo do Coronel Tadeu que será enviado novamente. O Conselheiro Danyel Iório de Lima cumprimentou a todos, pontuou que a área da infância é o setor com mais planos e enfatizou que no momento quase todos os planos estão sem vigência, sendo essencial unificar a discussão dos planos. Concordou que o Plano Decenal deve ser norteador, mas que deve ser considerado os temas relacionados. Propôs como encaminhamento a Secretaria Nacional criar algo unificado. Salientou que os estados devem fazer planos plurianuais. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani complementou que o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária está em processo de atualização, sendo o Plano Decenal essencial, e que o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária está avançado. Foi sugerido que na avaliação do Plano Decenal os relatórios de avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária fossem considerados. A Conselheira Marta Volpi pontuou que deve haver otimização para haver otimização das ações, concordando com o conselheiro que a antecedeu, pontuou que há muitos planos setoriais, sendo importante que o Plano Nacional dos Direitos da Infância e Adolescência possa integrar os demais planos para otimizar as ações. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger argumentou que o Conanda financiou a construção de Planos Decenais e que no último financiamento faltavam seis planos para serem financiados, sendo um deles da Bahia, que foi realizado com recursos próprios. Questionou o autor da cartilha para o seminário, sendo que a participação do Conanda é essencial como produtor. Relatou que em 2018 foi realizada uma denúncia na Câmara dos Deputados sobre o contingenciamento em que um juiz moveu uma ação a favor do Conanda e essa ação foi julgada e deferida sobre o orçamento da época. Ponderou que a Secretaria pode informar. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani esclareceu que o Guia foi elaborado por uma rede de cooperação técnica intersetorial, que tem como representação a Coalizão pela Família Acolhedora em que participa a Secretaria Nacional de Assistência Social e várias organizações da

sociedade civil, com apoio do CNJ, CNAS e Conanda, que foi enviado para o grupo e é semelhante ao documento Orientações para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, com status de política pública existente desde 2009, regulamentada pelo ECA, artigo nº 34 e nº 101. A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira destacou que no Novo Ensino Médio são colocados português e matemática como disciplinas obrigatórias e outras disciplinas essenciais são inseridas como optativas como o inglês. Foi salientado muitos estados não conseguiram cumprir o plano decenal e que existem oito planos decenais vigentes. O Presidente Ariel de Castro Alves enfatizou sobre as ações na justiça e a insatisfação quanto ao contingenciamento que atingiu os Fundos do Plano Nacional e que na próxima semana que vem será discutido com o Secretário da Fazenda, foi discutido com o Conselheiro Danyel Iório de Lima e que pode ser elaborado um ofício pela COF para encaminhar à Ministra de Planejamento e ao Ministro da Fazenda. Encaminhamentos: Encaminhar ao Ministério Público o vídeo para apurar as responsabilidades, construir um Plano Decenal unificado para que a CPP possa prever ações para incidir e mobilizar atores para a implementação da lei nº 13.935, que a COF elaborará uma manifestação sobre o contingenciamento para encaminhar aos ministérios na próxima assembleia, que os Planos Decenais devem considerar os seis cadernos do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Iniciada a votação, os encaminhamentos foram aprovados por aclamação. Logo em seguida, foi concedido intervalo para almoço. Reiniciada a reunião, o Presidente Ariel de Castro Alves cumprimentou a todos e apresentou a Sra. Marilda, Coordenadora de Convivência Familiar e Comunitária da Secretaria. A Sra. Marilda saudou a todos e ressaltou a importância do Conanda e dos adolescentes do CPA. Ato contínuo, passou-se a leitura do Relato da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP pelo Conselheiro Carlos Frederico dos Santos. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos relatou que houve duas reuniões, uma ordinária e outra extraordinária nos dias 06 e 07 de março. Cientificou que foram identificadas três ações que são necessários recursos, considerados 6 eixos divididos em 4 prioridades: advocacy e incidência nacional e internacional, sistema de gestão da informação sobre a infância e adolescência, sistema nacional de atendimento socioeducativo – SINASE, violações dos direitos e violências contra crianças e adolescentes, sistema de garantia de direitos, diversidade, inclusão e interseccionalidades, verificadas ações que são de responsabilidade de outras comissões ou de responsabilidade conjunta. No primeiro eixo tem-se onze ações, sendo que uma necessita de recursos de R\$360.000 para dois anos. No eixo 2 precisa de recursos para fazer o levantamento de sistemas governamentais de referência sobre a informação de crianças e adolescentes existentes, sendo necessário o apoio profissional com recursos de R\$ 70.000. No sistema de garantia de direitos para promover diálogo entre as comissões do Conanda sobre o funcionamento dos conselhos tutelares foi previsto no total o gasto de R\$ 3.030.000,00 de reais. No eixo 6 declarou que precisa do auxílio de outros setores. Notificou que foi proposto um sistema de acompanhamento legislativo e a previsão de uma consultoria profissional. Foi destacado que foi realizado um planejamento e discutido com outros setores. A Conselheira Marta Volpi informou que o recurso da pesquisa dos conselhos tutelares constou na gestão passada e o termo de referência estava em aprovação com o conselho e que é necessário resgatar as informações sobre o status desse processo licitatório. A Adolescente Karina Dias Azeredo discorreu sobre a primeira reunião do CDHAP em que o CPA se disponibilizou a responder um formulário e agradeceu aos conselheiros. A Conselheira Marta Volpi ponderou que o auxílio dos adolescentes foi fundamental. Foi destacado a importância do debate nas reuniões, o protagonismo dos adolescentes e que governo e sociedade civil atuaram juntos na reunião. Foi salientado quanto a rede de posicionamento sobre a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais por parte das forças policiais e que devem ser avaliadas as recomendações para a criação dos comitês contra homicídios com o intuito de diminuir os índices de letalidade policial, sendo função da comissão, mas que deve ser verificada a agenda das demais comissões porque é necessário discutir e sistematizar a agenda de recursos. Foi salientado que a legislação realiza a defesa do socioeducativo, contudo é necessário a discussão no Conanda. A Conselheira Tereza Santos Faria comunicou que o Plano Nacional de Educação termina em 2024 e convidou o Conanda para discutir no Ministério da Educação sobre o Programa Saúde na Escola. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu. O Conselheiro Diego Bezerra Alves informou que houve empenho dos Planos de Aplicação e o recurso para a assessoria parlamentar seria necessário, mas não sabe se será possível, devendo ser avaliado. A Sra. Laurence Alves de Castro esclareceu que em 2013 houve uma consultoria parlamentar, mas que deve ser verificado o objetivo. A Sra. Thaisi Moreira concordou com a necessidade de uma assessoria do Conanda no Congresso Nacional. Informou que de acordo com uma pesquisa do Instituto Alana, mais de 70% dos projetos de lei relativos a socioeducação são projetos com punições. Enfatizou a necessidade de rever o Plano Decenal que está finalizando este ano, o levantamento de dados do SINASE, com existência de dados de 2017. Ponderou sobre o PL nº 3387/2019, que deseja incluir os agentes socioeducativos no Sistema Único de Segurança Pública, relembrou sobre a aprovação de resolução do Conanda, artigo nº 4 da Resolução nº 230 que não respeita a convivência familiar e comunitária. Salientou sobre o PPCAM, onde os adolescentes não são recepcionados sem família e não existe um programa prévio no PPCAM que forneça atenção aos adolescentes centrados no programa de proteção aos adolescentes vulneráveis. Reforçou sobre a diminuição de adolescentes no socioeducativo nos meios fechados e abertos, destacado no último Anuário de Segurança Pública. Salientou que deve ser analisado o fortalecimento do SUAS, a necessidade de apoio de órgãos fora do sistema socioeducativo, pautar a resolução do Conanda que aborda sobre adolescentes LGBTQIA+ no socioeducativo, elaborar diretrizes nacionais, verificar revistas íntimas e audiências concentradas. A Conselheira Marta Volpi discorreu sobre a pesquisa do conselho tutelar, em que começou inicialmente com o SIPIA e aumentou o assunto. Salientou a necessidade de recursos para a assistência social pois as ações e os serviços de proteção social destinados a crianças e adolescentes são executados pelo SUAS, e explicou sobre a necessidade da assessoria parlamentar, pontuando que são muitos projetos de lei que o Conanda precisaria acompanhar. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger parabenizou a comissão, perguntou sobre a carta acordo com a UFRGS para avaliar o SINASE, questionou se seria o momento de realizar pesquisa sobre os conselhos tutelares, visto que está ocorrendo uma eleição. Concordou com a ideia de assessoria parlamentar, salientou sobre a necessidade de análise da Lei do Conselho Tutelar e a Lei nº 10433 sobre o Fundo e destacou sobre a redução significativa de pessoas no socioeducativo, visto que a violência está aumentando. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos discorreu sobre a relevância da assessoria parlamentar e salientou que essa comissão é sobre a ação parlamentar, então é necessário a assessoria. A Conselheira Marta Volpi argumentou que deve ser refletido o prazo da pesquisa, mas que devem ser adiantados os processos mais demorados. Ponderou que foi bastante discutido na comissão sobre o sistema de garantia de direitos e a importância de conhecer o que é necessário para que os Conselhos Tutelares funcionem plenamente. Quanto a pesquisa com a universidade, foi apresentado um resultado e que deve existir cautela porque existe um levantamento realizado e a pesquisa feita pela universidade para avaliação do SINASE. Destacou que da Pesquisa de Avaliação do Sinase, o Estado de São Paulo não participou e, sendo o estado que concentra o maior número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas unidades de internação, houve um prejuízo para os resultados dessa pesquisa, e por isso os resultados não podem ser considerados 100%. Argumentou que a pesquisa e

a avaliação são itens diferentes. A Sra. Mayara Silva salientou que a lei do Sinase quando aborda sobre a avaliação cria um sistema nacional de avaliação e de monitoramento e que pode ser avaliado os sistemas. Informou que está trabalhando em uma minuta de decreto que retoma o Comitê Intersectorial de Monitoramento do SINASE. Reforçou a relevância da destinação de recursos para a avaliação do SINASE. A Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá notificou que em Paraíba estão revisando o Plano Decenal, questionou o lugar da política da socioeducação nos estados. Argumentou que lutam para permanecer na assistência social, mas que existe um incentivo para permanecer a segurança. Foi destacado que deve ser refletido onde está a socioeducação nos estados, sendo o ideal vinculado a educação, ou saúde, ou direitos humanos ou assistência social, podendo o conselho fazer o movimento nos estados e municípios de retomar a socioeducativo para o campo protetivo. O Conselheiro Danyel Lório de Lima salientou o papel de cada um, visto que a Lei do SINASE visa os recursos e existe a dificuldade de recursos. Destacou que apesar da dificuldade de recursos nos direitos humanos existem ações que estão sendo realizadas. Portanto, deve ser abordado o financiamento do SINASE. Relembrou que foi discutido a tentativa do auxílio das loterias para financiar o SINASE, o que não foi aprovado. A Conselheira Marta Volpi resgatou que foi discutida um projeto de lei que propõe a criação de um fundo para o Sinase, que a Lei do Sinase já indica as fontes de recurso para o financiamento do sistema e que precisam ser organizados de uma forma que sejam facilmente distribuídos aos estados e municípios, lembrando que a Lei do Sinase determina que o Sistema seja cofinanciado pelos entes federativos, sendo necessário organizar os recursos e que funcione em conjunto com os estados e municípios. Ato seguinte, foi iniciada a votação sobre a Apresentação do Planejamento Estratégico Biênio 2023-2024 e a Proposta CDHAP Plano de Aplicação 2023. Foi aprovado por aclamação. O Conselheiro Diego Bezerra Alves clarificou que foi aprovada as sugestões da CDHAP e que depois será consolidado pela COF. Foi proposto como pauta uma minuta de ofício circular para convocar os conselheiros estaduais e municipais a aderirem de volta a campanha Faça Bonito e o depoimento dos adolescentes do CPA. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger questionou se a COF irá consolidar sobre o caso e se isso acontecer teria que existir alguém da Secretaria da Criança e do Adolescente para auxiliar ou será criado um GT. O Conselheiro Diego Bezerra Alves ponderou que é responsabilidade da COF. Informou que foi aprovado em dois municípios do Amazonas e Alagoas a redução dos conselhos tutelares com a justificativa de que reduziu a população, sendo um retrocesso e deve ser analisado e que os estados devem acompanhar. Explicou que foi enviado um ofício indicando a importância de não reduzir os conselhos. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos questionou sobre a continuidade da moção de solidariedade a Marielle. Foi respondido que o proponente pode elaborar para colocar em votação ou pode encaminhar por texto. O Conselheiro Carlos Frederico dos Santos se comprometeu a enviar. O Conselheiro Romero Silva lembrou caso de adolescente executado no Espírito Santo, informou que a Coalizão está fazendo a nota de repúdio, considera importante o Conanda se manifestar e se coloca a disposição. Foi informado que a Defensoria Pública do Espírito Santo solicitou ao Conanda uma manifestação sobre o assunto e estava sendo encaminhado a mesa diretora. Foi informado caso de racismo e a importância da identificação do Conanda. Foi destacado que deve ser acionado os órgãos responsáveis. Ato seguinte, foi apresentada a Minuta de Ofício Circular. Iniciada a votação, a minuta foi aprovada por aclamação. Foi informado que é realizado uma carteirinha via SEI. Foi destacado sobre a importância da câmera nas roupas dos agentes para esses casos. Foi informado que a secretaria solicitará. Ato seguinte, os adolescentes forneceram seus depoimentos. O Adolescente Caique Gomes de Oliveira discorreu sobre o histórico no CPA. Foi informado sobre o ingresso pela plataforma. A Adolescente Yasmin Santos Oliveira discorreu sobre o histórico no CPA. A Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso ponderou sobre a importância da presença dos suplentes e titulares nas reuniões. O Adolescente William Eleutério Azevedo dos Santos salientou a importância do CPA, do SGD, do orçamento para implantar políticas públicas. Foi destacado a importância do CPA para o desenvolvimento do adolescente e a ausência do CPA em São Paulo e que os conselheiros do local podem auxiliar. A Adolescente Rayssa Rodrigues de Souza informou que no seu estado tem CPA, fazem reuniões e parabenizou a participação de adolescentes de outros estados. O Adolescente Gustavo da Silva Campêlo considerou importante os discursos dos adolescentes, agradeceu a Conselheira Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá pelo auxílio. A Adolescente Karina Dias Azeredo informou sua participação em instituições, informou que conversou com Presidente do conselho estadual sobre o CPA e não recebeu o retorno. Salientou a importância da formação com boa qualidade de jovens. Agradeceu a todos. A Adolescente Rayssa Dias Lima ponderou que existem boas representações no seu estado, discorreu sobre o seu histórico. Foi destacado que São Paulo e Minas Gerais não possuem CPA. Foi informado que Rondônia possui CPA. Foi destacado que deve ser criado e executado. O Presidente Ariel de Castro Alves agradeceu a presença de todos, à equipe de apoio e suporte e declarou encerrada a 312ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

*Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata*

LAURENICE ALVES DE CASTRO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 25/04/2023, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3521436** e o código CRC **3018CEC6**.